



## 6. Investigando Práticas de Educação Patrimonial em Escolas Aracajuanas (1988)

Luana Silva Bôamorte de Matos<sup>1</sup>

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas considerações sobre práticas de Educação Patrimonial desenvolvidas pela DPHAA – Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico da FUNDESC – Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, empreendidas na década de 1980 em escolas da rede estadual localizadas na Capital sergipana: Revivendo Aracaju e Cartilha João Santeiro. Sob a perspectiva histórica, fontes documentais e legislativas, e aquelas registradas em livros e artigos científicos foram analisadas com o propósito de asseverar que a elaboração dessas atividades foram, em certa medida, reflexos do fomento do Governo Federal para proteger o chamado Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do país.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Aracaju, Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.

El objetivo de este estudio es presentar algunas consideraciones sobre las prácticas de Educación Patrimonial desarrolladas por la DPHAA –División de Patrimonio Histórico, Artístico y Arqueológico del FUNDESC –Fundación Estatal para la Cultura de Sergipe, realizadas en la década de 1980, en las escuelas de la capital del estado de Sergipe (Aracaju): “Revivendo Aracaju” (Reviviendo Aracaju) y “Cartilha João Santeiro” (Cartilla João Santeiro). Seguiendo la perspectiva histórica, las fuentes documentales, y los registrados en libros y artículos científicos, fueron analizados con la finalidad de asegurar que el desarrollo de estas actividades fueron, en cierta medida, reflejo del mismo desarrollo del Gobierno Federal para proteger lo Patrimonios Histórico, Artístico, Arqueológico y Naturale del país.

Palabras clave: Educación Patrimonial; Aracaju; Fundación Estatal para la Cultura de Sergipe;

O presente trabalho atende ao objetivo de traçar algumas considerações sobre práticas de Educação Patrimonial desenvolvidas pela DPHAA – Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico da FUNDESC – Fundação Estadual de Cultura de Sergipe,



empreendidas na década de 1980 em escolas da rede estadual localizadas na Capital sergipana: “Revivendo Aracaju” e “Cartilha João Santeiro”.

Sob a perspectiva histórica, fontes documentais e legislativas, e aquelas registradas em livros e artigos científicos foram analisadas com o propósito de asseverar que a elaboração dessas atividades foram, em certa medida, reflexos do fomento do Governo Federal para proteger o então chamado Patrimônio Histórico e Artístico, Arqueológico e Natural do país.

Nesse sentido, o presente trabalho foi organizado em tópicos que lançam o olhar desde a importância em investigar o campo da Educação Patrimonial em Sergipe, perpassando pela abordagem das práticas mencionadas até uma breve análise de uma política federal de gestão cultural durante o período de abertura política que marcou o Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

### **A importância em conhecer a trajetória da Educação Patrimonial**

O reconhecimento da importância de atividades educativas visando à proteção do Patrimônio Cultural marca a trajetória da gestão da cultura em Sergipe. Em meados da década de 1970, a lei nº 2.069 de 28 de dezembro de 1976 que dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe em seu artigo 19, ampara legalmente ações educativas como mecanismo de fortalecimento da memória do Estado:

A Secretaria da Educação e Cultura realizará, juntamente com a Fundação Aperipê de Sergipe e outras emissoras de rádio e televisão, respeitada a legislação pertinente à radiodifusão, bem como junto aos estabelecimentos de ensino, uma sistemática campanha educativa com vistas a criar, no seio da comunidade e da juventude, uma consciência pública sobre o valor e o significado do patrimônio histórico, artístico, etnográfico e paisagístico do Estado e sobre a necessidade de sua preservação.<sup>11</sup>

Embora esta evidência, investigações sobre os sentidos associados aos discursos que estimularam estas ações e sobre o cartaz dessas práticas no universo cultural e educativo sergipano, demandam atenção dos pesquisadores. Defendo que o conhecimento histórico desses elementos, em especial, contribui para a ampliação da memória e da experiência, propiciando um leque de escolhas e possibilidades aos atentos a este vigoroso exercício.



De fato, os processos educativos que colocam o Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento assumem um grande peso no presente e disputam o status de atividade fundamental em prol da preservação cultural. Na esfera federal, por exemplo, a partir da década de 2000 o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou a contar com um setor responsável pela Educação Patrimonial<sup>III</sup> e no ano de 2011 foi realizado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, o II Encontro Nacional de Educação Patrimonial promovido por este órgão para discutir a construção de uma política nacional para este setor. Verifico que a Educação Patrimonial tem adquirido importância crescente para uma gama de profissionais envolvidos na preservação do Patrimônio, como jornalistas, professores, gestores, profissionais de museus, entre outros campos. Penso que isso ocorre principalmente porque no centro das discussões da política patrimonial internacional e brasileira, está a idéia que o Patrimônio Cultural só adquire pleno sentido na medida em que as pessoas estejam incluídas no planejamento e na gestão patrimonial e possam, desta forma, determinar suas características e possibilidades. Esse envolvimento da sociedade no cuidado do Patrimônio, por sua vez, depende de uma defesa ativa da diversidade como valor, de modo a permitir que as pessoas participem, com suas especificidades e diferenças, da vivificação patrimonial.

Diante destas questões e seguindo Marc Bloch, entendo que o passado está a serviço do presente e assim, reforço ser salutar neste cenário conhecer aspectos variados de atividades educativas que foram desenvolvidas com o intento de resguardar o Patrimônio Cultural sergipano, para inclusive abandonar a premissa de que em Sergipe quase nada foi feito no campo da Educação Patrimonial.

### **A Educação Patrimonial através de ações e programas educativos**

Embora a menção ao papel da educação como elemento importante na preservação remetesse a década de 1930, exposta na Carta de Atenas, a expressão Educação Patrimonial deu seus primeiros passos no Brasil no universo dos museus nos anos de 1980 como uma alternativa no processo de preservação de bens culturais. Desde então, ações educativas foram desenvolvidas nas unidades do IPHAN e passaram a influenciar atividades de preservação em diferentes pontos do país.<sup>IV</sup>

Definida como o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações,<sup>V</sup> a Educação



Patrimonial se revestiu de termos como “ações” e “programas educativos” em todo o Brasil, inclusive em Sergipe.

No Estado, algumas dessas práticas foram apresentadas por Ana Conceição Sobral de Carvalho no ensaio “Sergipe e sua memória: atos e ações de preservação realizados pelo Poder Público Estadual”.<sup>VI</sup> Entre elas figuram “Revivendo Aracaju” e “Cartilha João Santeiro”. Ambas foram empreendidas pela antiga Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, constituída por uma equipe de profissionais ligados a produção artística, historiográfica, arqueológica, literária, arquitetônica no Estado e ao seu universo educacional, e que produziram na década de 1980 como produtos da fiscalização, importantes relatórios técnicos e fotográficos sobre os bens tombados em Sergipe.

A DPHAA estava vinculada a FUNDESC – Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, criada através da lei nº 2.517 de 05 de dezembro de 1984, na gestão do governador João Alves Filho. A dita fundação estava ligada a Secretaria de Estado da Cultura e segundo o dispositivo legal que a implantou, deveria executar, dentre outras coisas, “atividades concernentes à difusão e incentivo dos Valores e das Entidades Culturais”.

“Revivendo Aracaju” empreendeu em quatro escolas da Capital, entre elas a Escola Estadual Tobias Barreto e o Atheneu Sergipense, a apresentação de um mostruário do centro histórico, a realização de palestras sobre a história, as artes e a arquitetura neste espaço, culminando o programa com uma dinâmica que consistia na visita de três praças do centro de Aracaju, entre elas a Praça Fausto Cardoso.

A produção de trabalhos confeccionados pelos alunos durante este projeto foi exposta na sala Mestre Olívio Matos, no Centro de Criatividade de Sergipe, então gestado pela professora Aglaé Fontes.

Outro projeto realizado por esta equipe no final dos anos de 1980 foi a Cartilha “João Santeiro”. Elaborada pelo grupo técnico da DPHAA e tendo por base os relatórios de fiscalização dos bens tombados, depois transformada em livreto de cordel pelo cordelista Manoel D’Almeida Filho, com ilustrações da arquiteta Ana Libório. Este material defendia a importância da preservação da memória sergipana e segundo registros, a atividade foi divulgada intensamente nas escolas, alcançando um resultado representativo.



Acredito que a iniciativa de promover as duas mencionadas ações e outras tantas de divulgação, como a confecção dos catálogos “Memória de Aracaju” e “Aspectos Históricos, Artísticos, Culturais e Sociais da Cidade de São Cristóvão”, foram assim reflexos da atividade conduzida no aparelho do Estado no âmbito federal, atendendo a lógica que “[...] a grande política não é o oposto da pequena”.<sup>VII</sup>

### **A política nacional de patrimônio e sua relação com as ações sergipanas**

A formulação do estatuto legal e ideológico do Patrimônio cultural brasileiro inicia-se no governo Vargas com a criação do SPHAN, porém é no início da segunda década do século XX que o movimento de ampliação da noção de Patrimônio Cultural, onde figura como importante expoente Aloísio Magalhães, ganha fôlego.

Nos anos de 1970 e 1980, na fase de abertura do regime militar, da crise da modernidade e diante de uma comunidade científica mais independente, estruturada e diversificada, a política cultural no nível federal foi orientada com o propósito de ampliar a noção de Patrimônio e estimular a participação social.<sup>VIII</sup>

Em 1970 é assinado o chamado “Compromisso de Brasília”, uma carta patrimonial fruto do I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área cultural, Prefeitos dos Municípios interessados, Presidentes e Representantes das Instituições Culturais, que tinha por objetivo o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Por certo, o intento maior desta reunião de dirigentes era “[...] demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores”.<sup>IX</sup> Era o direcionamento das políticas de patrimônio no sentido do mercadológico potencial turístico.<sup>X</sup>

Resguardada estas questões, o “Compromisso de Brasília” recomendava uma série de medidas essenciais para a salvaguarda do Patrimônio, também sob o princípio da descentralização. Este documento orientava a criação de legislação específica para a preservação do Patrimônio brasileiro, por exemplo, e salientava a necessidade de empreender atividades educativas que rememorassem o passado da nação, de Educação Patrimonial:



Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular (...).<sup>XI</sup>

A “Carta de Brasília”, como já dito, faz parte do conjunto de Cartas Patrimoniais firmadas no Brasil, dos compromissos assinados por instituições, e também entre países, a cerca da preservação do Patrimônio Cultural, cujo intuito é uniformizar os discursos do cuidado ao bem cultural.<sup>XII</sup> Esses documentos representam um saber consolidado e respeitado pelos profissionais da área.<sup>XIII</sup> Como prova disto, a antropóloga Beatriz Dantas, um importante agente cultural no Estado, assevera em entrevista a cientista social Luciana Aguiar:

Em 1970 saiu um artigo chamado “compromisso de Brasília” onde o governo recomenda os estados criarem órgãos culturais (...) nós tivemos que seguir as demandas do Governo Federal então nós fizemos o que: levantamento sobre o patrimônio arquitetônico, patrimônio histórico e artístico de Sergipe, e também o levantamento dos departamentos culturais que os municípios tinham: bibliotecas, etc.<sup>XIV</sup>

Em minha hipótese, a ressonância deste documento é marcante no cenário da política cultural sergipana. Vinculada a ela está a formação de uma estrutura própria para a gestão do Patrimônio em Sergipe, a adoção do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, como o fomento a valorização do folclore e artesanato e de atividades educativas em prol da preservação do Patrimônio. Porém, a defesa desta premissa não exclui da trajetória da gestão cultural de Sergipe a interferências de outros mecanismos e agentes propulsores de alterações neste processo.

### **Questões Finais**

Diante do consenso consolidado no início do século XXI na área de proteção do Patrimônio Cultural, de que a Educação Patrimonial é peça fundamental para a sua preservação, na medida em que só se preserva o que se conhece a importância em atentar para os sentidos responsáveis por sua promoção em Sergipe ganha vitalidade.



Somando a este estímulo, a evidência de dispositivos legais, tanto no âmbito federal como estadual, que fomentam a realização de atividades educativas voltadas ao Patrimônio, hoje defendido como cultural, assim como o trato que foi dado a sua efetivação, fortalece este intento em buscar representar os significados partilhados e construídos pelos agentes culturais em torno do tema educação.

Em Sergipe, atividades educativas voltadas para preservação e fortalecimento da identidade e memórias coletivas, não necessariamente sob a égide da expressão Educação Patrimonial, marcaram o cenário sergipano e carecem de investigação, como já justificado. “Revivendo Aracaju” e a “Cartilha João Santeiro” são amostragens destas práticas e integrante do agitado universo cultural que marcou Sergipe, como todo o Brasil, durante os anos de 1970 e 1980.

Visto essas atividades e levando em considerando os bens tombados até 1988, ano em que estas atividades foram realizadas, existe uma franca predileção pelos segmentos dominantes, as elites, e predominância dos exemplares da arquitetura civil e religiosa.<sup>XV</sup> Assim, é possível afirmar a existência nesse momento de uma Educação Patrimonial tradicional caracterizada pela imposição de uma identidade e memória únicas exemplificadas unicamente por bens relacionados ao Estado e aos grupos dominantes,<sup>XVI</sup> ainda que questões do universo das expressões populares sejam contempladas nessas atividades.

Acredito que o “Compromisso de Brasília” aparece com um grande marco para as ações lançadas aqui, ainda que depois dele tenha sido firmado esse destaque em outros encontros, ações e instancias envolvidas neste universo.

## Notas

<sup>I</sup> Mestranda /NPGED/UFS/ Membro do GREPHES/UFS. E-mail: luanaboamorte@ hotmail.com

<sup>II</sup> SERGIPE. Lei nº 2.069 de 28 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe e dá outras providências.

<sup>III</sup> OLIVEIRA, Cléo Alves de. Educação Patrimonial no IPHAN. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília. 2010.

<sup>IV</sup> CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. “Educação Patrimonial: experiências”. In: BARRETO, Euder Arrais et al. Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados. Goiânia: 2008. p. 23-36.

<sup>V</sup> GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 2007.



<sup>VI</sup>CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. ROCHA, Rosina Fonseca. Monumentos Sergipanos: Bens protegidos por lei e tombados através de decreto do governo do Estado. Aracaju: Sercore, 2007.

<sup>VII</sup>NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010): No coração da grande política. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, vol. 25, n° 72, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a01.pdf>>. Acesso em: 08 nov.

<sup>VIII</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>IX</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>X</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>XI</sup>COMPROMISSO DE BRASÍLIA. De abril de 1970. 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área Cultural, Prefeitos de Municípiosinteressados, Presidentes e Representantes das Instituições Culturais

<sup>XII</sup>SALCEDO, Rosio Fernández Baca. A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco e Ouro Preto. São Paulo: EdUnesp, 2007.

<sup>XIII</sup>OLIVEIRA, Cléo Alves de. Educação Patrimonial no IPHAN. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília. 2010.

<sup>XIV</sup>AGUIAR, Luciana de Araujo. Celebração e Estudo do Folclore Brasileiro: O Encontro Cultural de Laranjeiras/Sergipe. Rio de Janeiro: PPGSA-IFCS/UFRJ, 2011.

<sup>XV</sup>ALVES Francisco José. Sobre os bens sergipanos - nota prévia. Jornal da Cidade Net, Aracaju. 24 abr. 2008. Disponível em <<http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=1677>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

<sup>XVI</sup>OLIVEIRA, Cléo Alves de. Educação Patrimonial no IPHAN. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília. 2010.

### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Luciana de Araujo. **Celebração e Estudo do Folclore Brasileiro: O Encontro Cultural de Laranjeiras/Sergipe**. Rio de Janeiro: PPGSA-IFCS/UFRJ, 2011.

ALVES, Francisco José. Sobre os bens sergipanos - nota prévia. Jornal da Cidade Net, Aracaju. 24 abr. 2008. Disponível em <<http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=1677>>. Acesso em: 03 nov. 2011.



- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. ROCHA, Rosina Fonseca. **Monumentos Sergipanos: Bens protegidos por lei e tombados através de decreto do governo do Estado**. Aracaju: Sercore, 2007.
- COMPROMISSO DE BRASÍLIA. De abril de 1970. **1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes das Instituições Culturais**, 1970.
- CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004.
- CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. “Educação Patrimonial: experiências”. In: BARRETO, Euder Arrais et al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. Goiânia: 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010): No coração da grande política. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, vol. 25, nº 72, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a01.pdf>>. Acesso em: 08 nov.
- OLIVEIRA, Cléo Alves de. **Educação Patrimonial no IPHAN**. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília. 2010.
- SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco e Ouro Preto**. São Paulo: EdUnesp, 2007.
- SERGIPE. **Lei nº 2.069 de 28 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe e dá outras providências.
- SERGIPE. **Lei nº 2.517 de 05 de dezembro de 1984**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual de Cultura - FUNDESC, e dá outras providências.